ÍNDICE

ÍNDICE 1
LISTA DE TABELAS 3
APRESENTAÇÃO 5
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 6
BP – Balanço Patrimonial – 3º Trimestre 2026 6
1.2 Passivo e Patrimônio Líquido 7
2. Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes 8
2.1 Ativo 8
2.2 Passivo e saldo patrimonial 8
3. Quadro de Compensações – Atos Potenciais 8
3.1 Atos Potenciais Ativos 8
3.2 Atos Potenciais Passivos 9
4. Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro 9
BO – Balanço Orçamentário (completo) 9
DVP – Demonstração das Variações Patrimoniais 11
BF – Balanço Financeiro (completo) 13
DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa (completo) 15
BASES PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS 18
Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis 18
Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis 18
NOTAS EXPLICATIVAS 24
Nota 01 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 24
Nota 02 -Demais Créditos e Valores a Curto Prazo 24
Nota 03 – Estoques 24

Nota 6 –Investimentos 31
Nota 06 – Passivo Circulante 32
Nota 07 – Fornecedores e Contas a Pagar....33
Nota 08 – Obrigações Contratuais....34
NOTA 10: PATRIMÔNIO LÍQUIDO 38
NOTA 11: DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS -DVP 38
NOTA 16: BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – BO 39
NOTA 14: BALANÇO FINANCEIRO – BF 40
NOTA 15: DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA –DFC 42

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Caixa e equivalente de Caixa.....23

Tabela 2 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – Composição.....23

Tabela 3 – Estoques – Composição.....23

Tabela 4 – Imobilizado – Composição.....24

Tabela 5 - Bens Móveis.....25

Tabela 6 - Bens Imóveis.....26

Tabela 7 - Bens de Uso Especial.....27

Tabela 8 – Bens Intangíveis.....29

Tabela 9 - Propriedades para Investimentos.....30

Tabela 10 : Composição das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo.....31

Tabela 11: Demais obrigações a curto prazo.....32

Tabela 12 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.....32

Tabela 13 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Ug.....33

Tabela 14 – Principais Fornecedores (maiores variações).....33

Tabela 15 – Obrigações Contratuais – Composição.....33

Tabela 11 – Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante.....34

Tabela 12 – Obrigações Contratuais – 6 Maiores Contratos.....34

Tabela 18 – Restos a Pagar Inscritos.....35

Tabela 19 – Restos a Pagar Não Processados.....35

Tabela 20 – Restos a Pagar Processados.....36

Tabela 21 - Variações Patrimoniais Diminutivas.....38

Tabela 22 - BO - Receitas - Órgão - Máscara STN.....38

Tabela 23 – Execução da Despesas.....39

Tabela 24 – Dispêndios Financeiros.....40

Tabela 25 - Fluxo de Caixa Operacional.....41

Tabela 26 – Fluxo de Caixa de Investimentos.....41

APRESENTAÇÃO

O Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF) foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, é uma Instituição de educação superior, básica e profissional, vinculada ao Ministério da Educação e detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, tendo seu *campi*sediados em Municípios do Interior do Estado do Rio de Janeiro.

Atualmente a estrutura institucional do IFF é composta por sete Unidades Gestoras: Campus Centro, Campus Macaé, Campus Itaperuna, Campus Guarus, Campus Bom Jesus de Itabapoana, Campus Cabo Frio e Campus Quissamã, todas são unidades orçamentárias e administrativas investidas do poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios e descentralizados.

Este Relatório Contábil tem a finalidade de apresentar à sociedade a situação e os resultados orçamentário, financeiro e patrimonial doInstituto de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF). As demonstrações contábeis e notas explicativas são de responsabilidade da Administração.

Os gestores e os profissionais de contabilidade são conjuntamente responsáveis pela conformidade das demonstrações contábeis. Os gestores por praticarem os atos e fatos que promovem impacto nessas demonstrações e os profissionais de contabilidade por analisarem as informações e proporem as soluções para corrigir eventuais inconsistências.

Nesse sentido, a conformidade contábil doInstituto de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF) é realizada, no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, pelo contador responsável que, além dos processos de conformidade realizados mensalmente, ao final do exercício emite a Declaração Anual do Contador, conforme previsto no item 5.4 da Macrofunção SIAFI 02.03.15 – Conformidade Contábil.

O Balanço Patrimonial tem por objetivo evidenciar, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial do órgão por meio de contas representativas do patrimônio público por ele gerido, bem como os atos potenciais.

A Demonstração das Variações Patrimoniais visa evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicar o resultado patrimonial do exercício.

O Balanço Orçamentário objetiva demonstrar a execução orçamentária de receitas e de despesas ao longo do exercício, confrontando as receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual com aquelas efetivamente realizadas.

O Balanço Financeiro tem por objetivo evidenciar as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa visa evidenciar as origens e as aplicações das disponibilidades financeiras obtidas pela entidade, classificando-as em três grupos de atividades: operacionais, de investimento e de financiamento.

A seguir, são apresentadas a Declaração do Contador, as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas referentes ao 3º Trimestre de 2026.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Principais indicadores — 30/09/2026

TOTAL DO ATIVO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	RESULTADO (JAN-JUN)	CAIXA E EQUIV.
R$ 562,8 mi	R$ 432,1 mi	R$ 36,3 mi	R$ 35,3 mi

BP – Balanço Patrimonial – 3º Trimestre 2026

Valores em R$. AH%: variação de 30/09/2026 em relação a 31/12/2025. AV%: participação sobre o total do Ativo (ou do Passivo + PL).

Especificação	Saldo 2026 (R$)	Saldo 2025 (R$)	Análise horizontal	Análise vertical
ATIVO CIRCULANTE	46.342.458,16	67.778.382,58	-31,63%	8,23%
Caixa e Equivalentes de Caixa	35.216.316,74	49.204.563,54	-28,43%	6,26%
Créditos a Curto Prazo	5.941.009,06	13.827.819,97	-57,04%	1,06%
CréditosTributários a Receber	41.506,80	41.506,80	+0,00%	0,01%
CréditosTributários a Receber	41.506,80	41.506,80	+0,00%	0,01%
Créditos de Transferências a Receber	—	—	—	—
Créditos de Transferências a Receber	—	—	—	—
Demais Créditos e Valores	5.899.502,26	13.786.313,17	-57,21%	1,05%
Demais Créditos e Valores	5.899.502,26	13.786.313,17	-57,21%	1,05%
Investimentos e AplicaçõesTemporárias a Curto Prazo	—	—	—	—
Estoques a Curto Prazo	5.185.132,36	4.745.999,07	+9,25%	0,92%
AtivosNãoCirculantesMantidos para Venda	—	—	—	—
VPDs PagasAntecipadamente a Curto Prazo	—	—	—	—
ATIVO NÃO CIRCULANTE	516.514.471,49	507.874.096,62	+1,70%	91,77%
AtivoRealizável a Longo Prazo	—	—	—	—
Estoques a Longo Prazo	—	—	—	—
Investimentos	149.764.949,04	—	—	26,61%
ParticipaçõesPermanentes	—	—	—	—
Propriedades para Investimento	149.764.949,04	—	—	26,61%
Propriedades para Investimento	150.063.049,13	—	—	26,66%
(-) DepreciaçãoAcumulada de Propriedades p/ Investimentos	-298.100,09	—	—	-0,05%
(-) Reduçãoao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	—	—	—	—
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	—	—	—	—
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	—	—	—	—
(-) Reduçãoao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	—	—	—	—
Demais Investimentos Permanentes	—	—	—	—
Demais Investimentos Permanentes	—	—	—	—
(-) Reduçãoao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	—	—	—	—
Imobilizado	366.653.797,61	507.778.371,78	-27,79%	65,14%
Bens Móveis	78.608.259,07	75.859.677,00	+3,62%	13,97%

Bens Móveis	135.494.600,65	130.415.083,13	+3,89%	24,07%
(-) Depreciação/Amortização/ExaustãoAcum. de Bens Móveis	-56.886.341,58	-54.555.406,13	-4,27%	-10,11%
(-) Reduçãoao Valor Recuperável de Bens Móveis	—	—	—	—
Bens Imóveis	288.045.538,54	431.918.694,78	-33,31%	51,18%
Bens Imóveis	288.633.594,06	432.687.869,66	-33,29%	51,28%
(-) Depr./Amortização/ExaustãoAcum. de Bens Imóveis	-588.055,52	-769.174,88	+23,55%	-0,10%
(-) Reduçãoao Valor Recuperável de Bens Imóveis	—	—	—	—
Intangível	95.724,84	95.724,84	+0,00%	0,02%
Softwares	95.584,84	95.584,84	+0,00%	0,02%
Softwares	222.505,15	222.505,15	+0,00%	0,04%
(-) AmortizaçãoAcumulada de Softwares	-126.920,31	-126.920,31	+0,00%	-0,02%
(-) Reduçãoao Valor Recuperável de Softwares	—	—	—	—
Marcas, Direitos e PatentesIndustriais	140,00	140,00	+0,00%	0,00%
Marcas, Direitos e PatentesIndustriais	140,00	140,00	+0,00%	0,00%
(-) AmortizaçãoAcumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	—	—	—	—
(-) Reduçãoao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	—	—	—	—
Direitos de Uso de Imóveis	—	—	—	—
Direitos de Uso de Imóveis	—	—	—	—
(-) AmortizaçãoAcumulada de Direito de Uso de Imóveis	—	—	—	—
(-) Reduçãoao Valor RecuperávelDireito de Uso de Imóveis	—	—	—	—
Patrimônio Cultural	—	—	—	—
Patrimônio Cultural	—	—	—	—
(-) AmortizaçãoAcumulada de Patrimônio Cultural	—	—	—	—
(-) Reduçãoao Valor Recuperável de Patrimônio Cultural	—	—	—	—
Diferido	—	—	—	—
TOTAL DO ATIVO	562.856.929,65	575.652.479,20	-2,22%	100,00%

1.2 Passivo e Patrimônio Líquido

Análise vertical calculada sobre o Total do Passivo e Patrimônio Líquido de 2026.

Especificação	Saldo 2026 (R$)	Saldo 2025 (R$)	Análise horizontal	Análise vertical
PASSIVO CIRCULANTE	130.707.276,28	105.687.497,62	+23,67%	23,22%
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	46.258.994,65	41.711.227,47	+10,90%	8,22%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	—	—	—	—
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	5.043.641,86	3.761.765,22	+34,08%	0,90%
ObrigaçõesFiscais a Curto Prazo	—	—	—	—
TransferênciasFiscais a Curto Prazo	—	—	—	—
Provisões a Curto Prazo	—	—	—	—
Demais Obrigações a Curto Prazo	79.404.639,77	60.214.504,93	+31,87%	14,11%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	—	—	—	—
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	—	—	—	—
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	—	—	—	—
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	—	—	—	—
ObrigaçõesFiscais a Longo Prazo	—	—	—	—
TransferênciasFiscais a Longo Prazo	—	—	—	—
Provisões a Longo Prazo	—	—	—	—
Demais Obrigações a Longo Prazo	—	—	—	—
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	130.707.276,28	105.687.497,62	+23,67%	23,22%
ESPECIFICAÇÃO	2.026,00	2.025,00	+0,05%	0,00%
Patrimônio Social e Capital Social	—	—	—	—
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	—	—	—	—
Reservas de Capital	—	—	—	—
Ajustes de Avaliação Patrimonial	—	—	—	—
Reservas de Lucros	—	—	—	—

Demais Reservas	58.035.701,75	57.810.701,75	+0,39%	10,31%
ResultadosAcumulados	374.113.951,62	412.154.279,83	-9,23%	66,47%
Resultado do Exercício	-36.379.667,81	24.110.848,69	-250,89%	-6,46%
Resultados de ExercíciosAnteriores	412.154.279,83	407.556.313,82	+1,13%	73,23%
Ajustes de ExercíciosAnteriores	-1.660.660,40	-19.512.882,68	+91,49%	-0,30%
(-) Ações / CotasemTesouraria	—	—	—	—
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	432.149.653,37	469.964.981,58	-8,05%	76,78%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	562.856.929,65	575.652.479,20	-2,22%	100,00%

2. QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

2.1 Ativo

Análise vertical calculada sobre o total de Ativos Financeiros e Permanentes de 2026.

Especificação	Saldo 2026 (R$)	Saldo 2025 (R$)	Análise horizontal	Análise vertical
ATIVO FINANCEIRO	35.216.316,74	49.204.563,54	-28,43%	6,26%
ATIVO PERMANENTE	527.640.612,91	526.447.915,66	+0,23%	93,74%

2.2 Passivo e saldo patrimonial

Para o saldo patrimonial, a análise vertical não é calculada por não representar componente de composição do passivo.

Especificação	Saldo 2026 (R$)	Saldo 2025 (R$)	Análise horizontal	Análise vertical
PASSIVO FINANCEIRO	218.512.093,03	96.888.236,55	+125,53%	—
PASSIVO PERMANENTE	70.762.953,34	48.359.028,67	+46,33%	—
SALDO PATRIMONIAL	273.581.883,28	430.405.213,98	-36,44%	—

3. QUADRO DE COMPENSAÇÕES – ATOS POTENCIAIS

3.1 Atos Potenciais Ativos

Análise vertical calculada sobre o Saldo dos Atos Potenciais Ativos de 2026.

Especificação	Saldo 2026 (R$)	Saldo 2025 (R$)	Análise horizontal	Análise vertical
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	46.682.548,52	55.687.804,01	-16,17%	100,00%
Atos PotenciaisAtivos	46.682.548,52	55.687.804,01	-16,17%	100,00%
Garantias e ContragarantiasRecebidas	3.862.149,89	3.386.549,02	+14,04%	8,27%
DireitosConveniados e Outros InstrumentosCongêneres	42.746.491,08	52.227.347,44	-18,15%	91,57%
DireitosContratuais	73.907,55	73.907,55	+0,00%	0,16%
Outros Atos PotenciaisAtivos	—	—	—	—
TOTAL	46.682.548,52	55.687.804,01	-16,17%	100,00%

3.2 Atos Potenciais Passivos

Análise vertical calculada sobre o Saldo dos Atos Potenciais Passivos de 2026.

Especificação	Saldo 2026 (R$)	Saldo 2025 (R$)	Análise horizontal	Análise vertical
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	63.201.927,72	60.981.841,42	+3,64%	100,00%
Atos PotenciaisPassivos	63.201.927,72	60.981.841,42	+3,64%	100,00%
Garantias e ContragarantiasConcedidas	—	—	—	—
ObrigaçõesConveniadas e Outros InstrumentosCongêneres	927.301,63	927.301,63	+0,00%	1,47%
ObrigaçõesContratuais	62.274.626,09	60.054.539,79	+3,70%	98,53%
Outros Atos PotenciaisPassivos	—	—	—	—
TOTAL	63.201.927,72	60.981.841,42	+3,64%	100,00%

4. Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro

Destinação de recursos	Superávit/Déficitfinanceiro (R$)	Análise vertical
RecursosNãoVinculados	-149.332.083,59	-81,47%
RecursosVinculados	-33.963.692,70	-18,53%
Educação	-1.464.712,20	-0,80%
Previdência Social (RPPS)	-33.152.846,56	-18,09%
Fundos, Órgãos e Programas	653.866,06	+0,36%
TOTAL	-183.295.776,29	-100,00%

BO – Balanço Orçamentário (completo)

Valores em R$.

1. RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

Conta / descrição	Previsãoinicial (R$)	Previsãoatualizada (R$)	Receitarealizada (R$)	AH (%)	AV (%)
RECEITAS CORRENTES	**2.524.688,00**	**2.524.688,00**	**1.093.783,48**	**0,00%**	**100,00%**
ReceitaTributária	—	—	—	—	0,00%
Impostos	—	—	—	—	0,00%
Taxas	—	—	—	—	0,00%
Contribuições de Melhoria	—	—	—	—	0,00%
Receita de Contribuições	—	—	—	—	0,00%
ContribuiçõesSociais	—	—	—	—	0,00%
Contribuições de Intervenção no DomínioEconômico	—	—	—	—	0,00%
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	—	—	—	—	0,00%
Receita Patrimonial	71.080,00	71.080,00	45.242,45	0,00%	4,14%
Exploração do PatrimônioImobiliário do Estado	71.080,00	71.080,00	45.242,45	0,00%	4,14%
Valores Mobiliários	—	—	—	—	0,00%
Delegação de Serviços Públicos	—	—	—	—	0,00%
Exploração de RecursosNaturais	—	—	—	—	0,00%
Exploração do PatrimônioIntangível	—	—	—	—	0,00%
Cessão de Direitos	—	—	—	—	0,00%

Conta / descrição	Previsãoinicial (R$)	Previsãoatualizada (R$)	Receitarealizada (R$)	AH (%)	AV (%)
Demais ReceitasPatrimoniais	—	—	—	—	0,00%
ReceitaAgropecuária	115.167,00	115.167,00	168.096,21	0,00%	15,37%
Receita Industrial	136.939,00	136.939,00	13.673,10	0,00%	1,25%
Receita de Serviços	2.192.635,00	2.192.635,00	719.084,05	0,00%	65,74%
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	2.192.635,00	2.192.635,00	719.084,05	0,00%	65,74%
Serviços e AtividadesReferentes à Navegação e ao Transporte	—	—	—	—	0,00%
Serviços e AtividadesReferentes à Saúde	—	—	—	—	0,00%
Serviços e AtividadesFinanceiras	—	—	—	—	0,00%
Outros Serviços	—	—	—	—	0,00%
TransferênciasCorrentes	—	—	—	—	0,00%
OutrasReceitasCorrentes	8.867,00	8.867,00	147.687,67	0,00%	13,50%
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	8.867,00	8.867,00	147.687,67	0,00%	13,50%
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	—	—	—	—	0,00%
Bens, Direitos e Valores IncorporadosaoPatrimônio Público	—	—	—	—	0,00%
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	—	—	—	—	0,00%
Demais ReceitasCorrentes	—	—	—	—	0,00%
RECEITAS DE CAPITAL	**21.120,00**	**21.120,00**	**—**	**0,00%**	**0,00%**
Operações de Crédito	—	—	—	—	0,00%
Operações de Crédito Internas	—	—	—	—	0,00%
Operações de Crédito Externas	—	—	—	—	0,00%
Alienação de Bens	21.120,00	21.120,00	—	0,00%	0,00%
Alienação de Bens Móveis	21.120,00	21.120,00	—	0,00%	0,00%
Alienação de Bens Imóveis	—	—	—	—	0,00%
Alienação de Bens Intangíveis	—	—	—	—	0,00%
Amortizações de Empréstimos	—	—	—	—	0,00%
Transferências de Capital	—	—	—	—	0,00%
OutrasReceitas de Capital	—	—	—	—	0,00%
Integralização do Capital Social	—	—	—	—	0,00%
Resultado do Banco Central do Brasil	—	—	—	—	0,00%
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	—	—	—	—	0,00%
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	—	—	—	—	0,00%
Demais Receitas de Capital	—	—	—	—	0,00%
SUBTOTAL DAS RECEITAS	**2.545.808,00**	**2.545.808,00**	**1.093.783,48**	**0,00%**	**100,00%**
REFINANCIAMENTO	**—**	**—**	**—**	**—**	**0,00%**
Operações de Crédito Internas	—	—	—	—	0,00%
Mobiliária	—	—	—	—	0,00%
Contratual	—	—	—	—	0,00%
Operações de Crédito Externas	—	—	—	—	0,00%
Mobiliária	—	—	—	—	0,00%
Contratual	—	—	—	—	0,00%
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**2.545.808,00**	**2.545.808,00**	**1.093.783,48**	**0,00%**	**100,00%**
DÉFICIT	**—**	**—**	**600.783.894,42**	**—**	**—**
TOTAL	**2.545.808,00**	**2.545.808,00**	**601.877.677,90**	**0,00%**	**—**
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	—	23.610.098,00	—	N/A[1]	—
SuperávitFinanceiro	—	49.413,00	—	N/A[1]	—
Excesso de Arrecadação	—	—	—	—	—
CréditosCancelados	—	23.560.685,00	—	N/A[1]	—

2. DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

Conta / descrição	Dotaçãoinicial (R$)	Dotaçãoatualizada (R$)	Despesaempenhada (R$)	AH (%)	AV (%)
DESPESAS CORRENTES	**656.639.061,00**	**679.875.979,00**	**600.737.155,72**	**3,54%**	**99,81%**
Pessoal e EncargosSociais	558.530.675,00	569.545.912,00	516.115.150,63	1,97%	85,75%
Juros e Encargos da Dívida	—	—	—	—	0,00%
OutrasDespesasCorrentes	98.108.386,00	110.330.067,00	84.622.005,09	12,46%	14,06%
DESPESAS DE CAPITAL	**4.623.127,00**	**4.996.307,00**	**1.140.522,18**	**8,07%**	**0,19%**
Investimentos	4.623.127,00	4.996.307,00	1.140.522,18	8,07%	0,19%
InversõesFinanceiras	—	—	—	—	0,00%
Amortização da Dívida	—	—	—	—	0,00%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**—**	**—**	**—**	**—**	**0,00%**
SUBTOTAL DAS DESPESAS	**661.262.188,00**	**684.872.286,00**	**601.877.677,90**	**3,57%**	**100,00%**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	—	—	—	—	0,00%
Amortização da Dívida Interna	—	—	—	—	0,00%
DívidaMobiliária	—	—	—	—	0,00%
OutrasDívidas	—	—	—	—	0,00%
Amortização da Dívida Externa	—	—	—	—	0,00%
DívidaMobiliária	—	—	—	—	0,00%
OutrasDívidas	—	—	—	—	0,00%
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**661.262.188,00**	**684.872.286,00**	**601.877.677,90**	**3,57%**	**100,00%**
TOTAL	**661.262.188,00**	**684.872.286,00**	**601.877.677,90**	**3,57%**	**100,00%**

DVP – Demonstração das Variações Patrimoniais

Conta / descrição	2026 (R$)	2025 (R$)	AH (%)	AV (%)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**508.718.908,85**	**509.813.138,30**	**-0,21%**	**100,00%**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	—	—	—	0,00%
Impostos	—	—	—	0,00%
Taxas	—	—	—	0,00%
Contribuições de Melhoria	—	—	—	0,00%
Contribuições	—	—	—	0,00%
ContribuiçõesSociais	—	—	—	0,00%
Contribuições de Intervenção no DomínioEconômico	—	—	—	0,00%
Contribuição de Iluminação Pública	—	—	—	0,00%
Contribuições de Interesse das CategoriasProfissionais	—	—	—	0,00%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	965.713,66	724.711,04	33,25%	0,19%
Venda de Mercadorias	168.096,21	120.995,23	38,93%	0,03%
Vendas de Produtos	13.673,10	7.018,10	94,83%	0,00%
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	783.944,35	596.697,71	31,38%	0,15%
VariaçõesPatrimoniaisAumentativasFinanceiras	7,47	—	N/A[1]	0,00%
Juros e Encargos de Empréstimos e FinanciamentosConcedidos	—	—	—	0,00%
Juros e Encargos de Mora	7,47	—	N/A[1]	0,00%
VariaçõesMonetárias e Cambiais	—	—	—	0,00%

Conta / descrição	2026 (R$)	2025 (R$)	AH (%)	AV (%)
DescontosFinanceirosObtidos	—	—	—	0,00%
Remuneração de DepósitosBancários e AplicaçõesFinanceiras	—	—	—	0,00%
Aportes do Banco Central	—	—	—	0,00%
OutrasVariaçõesPatrimoniaisAumentativasFinanceiras	—	—	—	0,00%
Transferências e DelegaçõesRecebidas	503.777.044,79	479.362.454,72	5,09%	99,03%
TransferênciasIntragovernamentais	502.689.579,14	477.952.693,73	5,18%	98,81%
TransferênciasIntergovernamentais	—	—	—	0,00%
Transferências das Instituições Privadas	—	—	—	0,00%
Transferências das InstituiçõesMultigovernamentais	—	—	—	0,00%
Transferências de ConsórciosPúblicos	—	—	—	0,00%
Transferências do Exterior	—	—	—	0,00%
ExecuçãoOrçamentáriaDelegada de Entes	—	—	—	0,00%
Transferências de PessoasFísicas	—	—	—	0,00%
OutrasTransferências e DelegaçõesRecebidas	1.087.465,65	1.409.760,99	-22,86%	0,21%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	3.362.161,39	29.490.559,54	-88,60%	0,66%
Reavaliação de Ativos	—	—	—	0,00%
Ganhos com Alienação	—	—	—	0,00%
Ganhos com Incorporação de Ativos	26.659,41	—	N/A[1]	0,01%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	3.335.501,98	29.490.559,54	-88,69%	0,66%
Reversão de Reduçãoao Valor Recuperável	—	—	—	0,00%
OutrasVariaçõesPatrimoniaisAumentativas	613.981,54	235.413,00	160,81%	0,12%
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	—	—	—	0,00%
ResultadoPositivo de Participações	—	—	—	0,00%
Operações da AutoridadeMonetária	—	—	—	0,00%
SubvençõesEconômicas	—	—	—	0,00%
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	—	—	—	0,00%
DiversasVariaçõesPatrimoniaisAumentativas	613.981,54	235.413,00	160,81%	0,12%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**545.098.576,66**	**519.611.566,32**	**4,91%**	**100,00%**
Pessoal e Encargos	345.973.224,21	319.203.719,69	8,39%	63,47%
Remuneração a Pessoal	271.045.272,64	251.290.324,88	7,86%	49,72%
EncargosPatronais	52.042.931,56	48.456.021,64	7,40%	9,55%
Benefícios a Pessoal	22.612.664,54	19.115.269,43	18,30%	4,15%
Outras Var. PatrimoniaisDiminutivas - Pessoal e Encargos	272.355,47	342.103,74	-20,39%	0,05%
BenefíciosPrevidenciários e Assistenciais	87.079.099,06	83.047.398,05	4,85%	15,97%
Aposentadorias e Reformas	71.199.765,87	68.114.446,83	4,53%	13,06%
Pensões	11.669.023,61	11.036.549,68	5,73%	2,14%
Benefícios de PrestaçãoContinuada	—	—	—	0,00%
BenefíciosEventuais	—	—	—	0,00%
PolíticasPúblicas de Transferência de Renda	—	—	—	0,00%
Outros BenefíciosPrevidenciários e Assistenciais	4.210.309,58	3.896.401,54	8,06%	0,77%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	54.396.410,17	51.790.320,06	5,03%	9,98%
Uso de Material de Consumo	4.553.565,65	6.335.744,33	-28,13%	0,84%
Serviços	47.392.772,48	42.848.023,98	10,61%	8,69%
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.450.072,04	2.606.551,75	-6,00%	0,45%
VariaçõesPatrimoniaisDiminutivasFinanceiras	240.241,44	256.389,47	-6,30%	0,04%
Juros e Encargos de Empréstimos e FinanciamentosObtidos	—	—	—	0,00%
Juros e Encargos de Mora	232.257,43	240.514,51	-3,43%	0,04%
VariaçõesMonetárias e Cambiais	7.748,25	15.859,96	-51,15%	0,00%

Conta / descrição	2026 (R$)	2025 (R$)	AH (%)	AV (%)
DescontosFinanceirosConcedidos	235,76	15,00	1.471,73%	0,00%
Aportesao Banco Central	—	—	—	0,00%
OutrasVariaçõesPatrimoniaisDiminutivasFinanceiras	—	—	—	0,00%
Transferências e DelegaçõesConcedidas	38.602.498,27	41.093.047,16	-6,06%	7,08%
TransferênciasIntragovernamentais	38.033.453,07	39.974.319,66	-4,86%	6,98%
TransferênciasIntergovernamentais	—	—	—	0,00%
Transferências a Instituições Privadas	90.220,20	—	N/A[1]	0,02%
Transferências a InstituiçõesMultigovernamentais	—	—	—	0,00%
Transferências a ConsórciosPúblicos	—	—	—	0,00%
Transferênciasao Exterior	—	—	—	0,00%
ExecuçãoOrçamentáriaDelegada a Entes	—	—	—	0,00%
OutrasTransferências e DelegaçõesConcedidas	478.825,00	1.118.727,50	-57,20%	0,09%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	13.792.337,31	18.507.937,91	-25,48%	2,53%
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	—	—	—	0,00%
Perdas com Alienação	—	—	—	0,00%
PerdasInvoluntárias	8.319,79	20.797,11	-60,00%	0,00%
Incorporação de Passivos	13.773.583,24	16.965.855,26	-18,82%	2,53%
Desincorporação de Ativos	10.434,28	1.521.285,54	-99,31%	0,00%
Tributárias	75.859,61	71.748,51	5,73%	0,01%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.319,57	14.454,75	-49,36%	0,00%
Contribuições	68.540,04	57.293,76	19,63%	0,01%
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	—	—	—	0,00%
Custo das MercadoriasVendidas	—	—	—	0,00%
Custos dos ProdutosVendidos	—	—	—	0,00%
Custo dos Serviços Prestados	—	—	—	0,00%
OutrasVariaçõesPatrimoniaisDiminutivas	4.938.906,59	5.641.005,47	-12,45%	0,91%
Premiações	—	—	—	0,00%
ResultadoNegativo de Participações	—	—	—	0,00%
Operações da AutoridadeMonetária	—	—	—	0,00%
Incentivos	4.934.413,77	5.631.234,15	-12,37%	0,91%
SubvençõesEconômicas	—	—	—	0,00%
Participações e Contribuições	—	—	—	0,00%
Constituição de Provisões	—	—	—	0,00%
DiversasVariaçõesPatrimoniaisDiminutivas	4.492,82	9.771,32	-54,02%	0,00%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**-36.379.667,81**	**-9.798.428,02**	**-271,28%**	**—**

BF – Balanço Financeiro (completo)

INGRESSOS

Especificação	2026 (R$)	2025 (R$)	Análise vertical	Análise horizontal
Receitas Orçamentárias	1.093.783,48	723.267,17	0,13%	51,23%
Recursos Não Vinculados	0,00	0,00	0,00%	0,00%

Recursos Vinculados	1.093.948,52	723.352,17	0,13%	51,23%
Seguridade Social (Exceto Previdência)	0,00	1.000,00	0,00%	-100,00%
Previdência Social (RPPS)	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Fundos, Órgãos e Programas	1.093.948,52	722.352,17	0,13%	51,44%
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-165,04	-85,00	-0,00%	94,16%
Transferências Financeiras Recebidas	502.688.610,01	477.952.693,73	61,34%	5,18%
Resultantes da Execução Orçamentária	459.926.373,71	435.005.048,90	56,12%	5,73%
Repasse Recebido	431.687.352,83	409.492.724,38	52,68%	5,42%
Sub-repasse Recebido	28.239.020,88	25.512.324,52	3,45%	10,69%
Independentes da Execução Orçamentária	42.762.236,30	42.947.644,83	5,22%	-0,43%
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	33.701.764,12	35.436.467,99	4,11%	-4,90%
Demais Transferências Recebidas	263.706,45	0,00	0,03%	N/A
Movimentação de Saldos Patrimoniais	8.796.765,73	7.511.176,84	1,07%	17,12%
Aporte ao RPPS	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Aporte ao RGPS	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Recebimentos Extraorçamentários	266.490.307,26	151.990.694,12	32,52%	75,33%
Inscrição de Restos a Pagar Processados	57.967.267,80	45.078.349,63	7,07%	28,59%
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	142.544.155,79	105.850.298,70	17,39%	34,67%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	65.440.134,08	388.883,40	7,99%	16.727,70%
Outros Recebimentos Extraorçamentários	538.749,59	673.162,39	0,07%	-19,97%
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	53.066,16	39.440,44	0,01%	34,55%
Arrecadação de Outra Unidade	485.683,43	633.721,95	0,06%	-23,36%
Saldo do Exercício Anterior	49.204.563,54	44.090.679,02	6,00%	11,60%
Caixa e Equivalentes de Caixa	49.204.563,54	44.090.679,02	6,00%	11,60%
TOTAL	**819.477.264,29**	**674.757.334,04**	**100,00%**	**21,45%**

DISPÊNDIOS

Especificação	2026 (R$)	2025 (R$)	Análise vertical	Análise horizontal
Despesas Orçamentárias	601.877.677,90	532.841.357,62	73,45%	12,96%
Recursos Não Vinculados	488.835.490,61	438.310.442,55	59,65%	11,53%
Recursos Vinculados	113.042.187,29	94.530.915,07	13,79%	19,58%
Educação	1.117.942,76	659.889,21	0,14%	69,41%
Previdência Social (RPPS)	111.533.378,00	93.649.739,53	13,61%	19,10%
Fundos, Órgãos e Programas	390.866,53	221.286,33	0,05%	76,63%
Transferências Financeiras Concedidas	37.991.527,31	39.967.598,61	4,64%	-4,94%
Resultantes da Execução Orçamentária	28.393.990,07	25.515.002,92	3,46%	11,28%
Repasse Concedido	8.989,94	2.678,40	0,00%	235,65%
Sub-repasse Concedido	28.239.020,88	25.512.324,52	3,45%	10,69%
Repasse Devolvido	145.979,25	0,00	0,02%	N/A
Independentes da Execução Orçamentária	9.597.537,24	14.452.595,69	1,17%	-33,59%
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	9.063.643,95	13.807.410,03	1,11%	-34,36%
Demais Transferências Concedidas	2.566,61	0,00	0,00%	N/A
Movimento de Saldos Patrimoniais	531.326,68	645.185,66	0,06%	-17,65%

Aporte ao RPPS	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Aporte ao RGPS	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Pagamentos Extraorçamentários	144.391.742,34	69.375.510,34	17,62%	108,13%
Pagamento de Restos a Pagar Processados	56.940.264,83	52.311.741,63	6,95%	8,85%
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	22.532.418,78	16.685.057,96	2,75%	35,05%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	64.878.102,10	371.989,70	7,92%	17.340,83%
Outros Pagamentos Extraorçamentários	40.956,63	6.721,05	0,00%	509,38%
Demais Pagamentos	40.956,63	6.721,05	0,00%	509,38%
Saldo para o Exercício Seguinte	35.216.316,74	32.572.867,47	4,30%	8,12%
Caixa e Equivalentes de Caixa	35.216.316,74	32.572.867,47	4,30%	8,12%
TOTAL	**819.477.264,29**	**674.757.334,04**	**100,00%**	**21,45%**

DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa (completo)

Descrição	2026 (R$)	2025 (R$)	Análise horizontal	Análise vertical
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**-4.547.602,96**	**-6.722.927,16**	**32,36%**	**-0,80%**
INGRESSOS OPERACIONAIS	**569.708.211,00**	**479.698.566,25**	**18,76%**	**100,00%**
Receita Tributária	—	—	—	0,00%
Receita de Contribuições	—	—	—	0,00%
Receita Patrimonial	45.242,45	10.705,93	322,59%	0,01%
Receita Agropecuária	168.096,21	120.995,23	38,93%	0,03%
Receita Industrial	13.673,10	7.018,10	94,83%	0,00%
Receita de Serviços	719.084,05	581.522,41	23,66%	0,13%
Remuneração das Disponibilidades	—	—	—	0,00%
Outras Receitas Derivadas e Originárias	147.687,67	3.025,50	4.781,43%	0,03%
Transferências Recebidas	—	—	—	0,00%
Intergovernamentais Recebidas	—	—	—	0,00%
Dos Estados e/ou Distrito Federal	—	—	—	0,00%
Dos Municípios	—	—	—	0,00%
Intragovernamentais Recebidas	—	—	—	0,00%
Outras Transferências Recebidas	—	—	—	0,00%
Outros Ingressos Operacionais	568.614.427,52	478.975.299,08	18,71%	99,81%
Ingressos Extraorçamentários	65.440.134,08	388.883,40	16.727,70%	11,49%
Transferências Financeiras Recebidas	502.688.610,01	477.952.693,73	5,18%	88,24%
Arrecadação de Outra Unidade	485.683,43	633.721,95	-23,36%	0,09%
DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	**-574.255.813,96**	**-486.421.493,41**	**-18,06%**	**-100,00%**
Pessoal e Demais Despesas	-427.077.535,52	-404.559.006,62	-5,57%	-74,37%
Legislativo	—	—	—	0,00%
Judiciário	—	—	—	0,00%
Essencial à Justiça	—	—	—	0,00%
Administração	—	—	—	0,00%
Defesa Nacional	—	—	—	0,00%
Segurança Pública	—	—	—	0,00%
Relações Exteriores	—	—	—	0,00%
Assistência Social	—	—	—	0,00%
Previdência Social	-78.797.569,86	-75.997.094,59	-3,68%	-13,72%
Saúde	—	—	—	0,00%
Trabalho	—	—	—	0,00%
Educação	-346.849.076,45	-328.560.025,22	-5,57%	-60,40%
Cultura	—	—	—	0,00%
Direitos da Cidadania	-107.927,68	—	Base zero	-0,02%

Descrição	2026 (R$)	2025 (R$)	Análise horizontal	Análise vertical
Urbanismo	—	—	—	0,00%
Habitação	—	—	—	0,00%
Saneamento	—	—	—	0,00%
Gestão Ambiental	—	—	—	0,00%
Ciência e Tecnologia	—	—	—	0,00%
Agricultura	-1.297.527,85	—	Base zero	-0,23%
Organização Agrária	-35.200,00	—	Base zero	-0,01%
Indústria	—	—	—	0,00%
Comércio e Serviços	—	—	—	0,00%
Comunicações	—	—	—	0,00%
Energia	—	—	—	0,00%
Transporte	—	—	—	0,00%
Desporto e Lazer	—	—	—	0,00%
Encargos Especiais	-43.299,84	-41.327,25	-4,77%	-0,01%
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	53.066,16	39.440,44	34,55%	0,01%
Juros e Encargos da Dívida	—	—	—	0,00%
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	—	—	—	0,00%
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	—	—	—	0,00%
Outros Encargos da Dívida	—	—	—	0,00%
Transferências Concedidas	-44.267.692,40	-41.516.177,43	-6,63%	-7,71%
Intergovernamentais Concedidas	—	—	—	0,00%
A Estados e/ou Distrito Federal	—	—	—	0,00%
A Municípios	—	—	—	0,00%
Intragovernamentais Concedidas	-44.087.252,00	-41.516.177,43	-6,19%	-7,68%
Outras Transferências Concedidas	-180.440,40	—	Base zero	-0,03%
Outros Desembolsos Operacionais	-102.910.586,04	-40.346.309,36	-155,07%	-17,92%
Dispêndios Extraorçamentários	-64.878.102,10	-371.989,70	-17.340,83%	-11,30%
Transferências Financeiras Concedidas	-37.991.527,31	-39.967.598,61	4,94%	-6,62%
Demais Pagamentos	-40.956,63	-6.721,05	-509,38%	-0,01%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**-9.440.643,84**	**-4.794.884,39**	**-96,89%**	**-100,00%**
INGRESSOS DE INVESTIMENTO	**—**	**—**	**—**	**0,00%**
Alienação de Bens	—	—	—	0,00%
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	—	—	—	0,00%
Outros Ingressos de Investimentos	—	—	—	0,00%
DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTO	**-9.440.643,84**	**-4.794.884,39**	**-96,89%**	**-100,00%**
Aquisição de Ativo Não Circulante	-7.940.643,84	-4.794.884,39	-65,61%	-84,11%
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	—	—	—	0,00%
Outros Desembolsos de Investimentos	-1.500.000,00	—	Base zero	-15,89%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**—**	**—**	**—**	**—**
INGRESSOS DE FINANCIAMENTO	**—**	**—**	**—**	**—**
Operações de Crédito	—	—	—	—
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	—	—	—	—
Transferências de Capital Recebidas	—	—	—	—
Outros Ingressos de Financiamento	—	—	—	—
DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTO	**—**	**—**	**—**	**—**
Amortização / Refinanciamento da Dívida	—	—	—	—
Outros Desembolsos de Financiamento	—	—	—	—
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**-13.988.246,80**	**-11.517.811,55**	**-21,45%**	**-2,46%**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	**49.204.563,54**	**44.090.679,02**	**11,60%**	**8,64%**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**35.216.316,74**	**32.572.867,47**	**8,12%**	**6,18%**

BASES PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As DemonstraçõesContábeisConsolidadasdaUnião(DCON) do IFF são elaboradas conforme a Lei nº 4.320/1964, o Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), as NBCASP (Resoluções do CFC nº 1.134 a 1.137/2008 e nº 1.366/2011) (NBC T 16.6 R1 e 16.7 a 16.11) e as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), bem como o Manual SIAFI, que contém orientações e procedimentos específicos por assunto, dentre outros normativos vigentes.

As demonstrações contábeis encontram-se consolidadas com as informações de todas as Unidades Gestoras do IFF tendo sido elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e baseadas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade do setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation ofAccountants (IFAC).

A estrutura e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras, tendo como base o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

Dessa forma, as DCON são compostas por:

Balanço Patrimonial (BP);

Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);

Balanço Orçamentário (BO);

Balanço Financeiro (BF);

Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

Notas Explicativas.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

Seguem elencados abaixo os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

(a) Moeda funcional
A moeda funcional é o Real.Demonstrações Contábeis do IFF não apresentam nenhum registro em moeda estrangeira.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta únicado Tesouro Nacional, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

(c) Conta Única do Governo Federal

Aspecto relevante associado às práticas e políticas contábeis refere-se à execução financeira. Por força do Decreto nº 93.872/1986, todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, isto é, todos os recebimentos e pagamentos são realizados e controlados em um caixa único, derivado do princípio da unidade de tesouraria, denominado Conta Única, mantida no Banco Central do Brasil e gerenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

(d) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) empréstimos e financiamentos concedidos; e (iii) adiantamentos. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original e, quando aplicável, acrescido das atualizações monetárias e juros.

(e) Estoques

Compreendem as mercadorias de almoxarifado e os animais utilizados para o ensino dos alunos da instituição. Sendo as mercadorias de almoxarifado avaliadas inicialmente pelo seu valor de aquisição e suas a saída e baixa foram avaliadas pelo Custo Médio Ponderado, conforme as orientações/recomendações da STN referentes aos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, constantes na Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015.

Considerando-se a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

(f) Propriedades para Investimentos

No âmbito das demonstrações patrimoniais, o grupo **Propriedades para Investimento** compreende os bens imóveis mantidos pelo ente público com a finalidade predominante de obtenção de receitas por meio de aluguel, arrendamento, valorização patrimonial ou ambas, não sendo utilizados diretamente na prestação de serviços públicos, nas atividades administrativas da entidade ou destinados à venda no curso normal das operações.

A classificação de imóveis como propriedades para investimento decorre da análise da destinação econômica e funcional do bem. Dessa forma, imóveis anteriormente classificados como bens de uso especial podem ser reclassificados para esse grupo quando deixarem de atender às finalidades institucionais da entidade e passarem a ser destinados predominantemente à obtenção de receitas patrimoniais ou à valorização do capital imobiliário, em conformidade com os critérios estabelecidos pelo MCASP, pelo PCASP e pelas orientações da SPU.

(g) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. Contudo, tais práticas contábeis não estão totalmente implementadas, especialmente o registro de depreciação compatível com a vida útil do bem e a redução do valor recuperável e a reavaliação dos bens móveis.

(h) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

(i) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e

fundações públicas federais deverão ser reavaliados:

I. aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;

II. houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;

III. comprovação da ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

(j) Redução ao valor recuperável

A entidade avalia se há qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo. Caso haja indício, deverá estimar o valor da perda por meio de testes de recuperabilidade. A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguem as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual SIAFIWeb: Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN/MF (www.tesouro.gov.br).

No momento da adoção, por se tratar de uma mudança no critério contábil, a perda por irrecuperabilidade foi reconhecida como ajustes de exercícios anteriores, efetuando lançamentos cuja contrapartida foi diretamente no patrimônio líquido. Após a adoção inicial, a perda por irrecuperabilidade do ativo é reconhecida no resultado patrimonial, podendo ter como contrapartida diretamente o bem ou uma conta retificadora. Depois do reconhecimento de uma perda por irrecuperabilidade, a variação patrimonial diminutiva de depreciação, amortização ou exaustão do ativo é ajustada para alocar o valor contábil revisado do ativo, menos seu valor residual.

(l) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

(m) Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão:

I. obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;

II. empréstimos e financiamentos;

III. fornecedores e contas a pagar;

IV. obrigações fiscais;

V. obrigações de repartições a outros entes;

VI. provisões;

VII. demais obrigações.

(n) Ajustes de Exercícios Anteriores

Há que se ressaltar também a prática contábil utilizada que se denomina Ajustes de Exercícios Anteriores. Esses ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

(o) Recursos orçamentários x recursos financeiros

Na Contabilidade Pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. O orçamento público "estima a receita e fixa a despesa da administração pública, com a especificação de suas principais fontes e financiamentos e das categorias de despesas mais relevantes" (CGU, Glossário). Os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos) pelos entes públicos. A estimativa das receitas e das despesas é feita com base no comportamento da arrecadação ocorrida em exercícios anteriores. A previsão e a utilização de recursos públicos dependem de autorização legislativa, isto é, de uma lei, a denominada Lei Orçamentária Anual (LOA). Para maior entendimento, "pode-se definir a Execução Orçamentária como a utilização dos créditos (ou dotações) consignados no orçamento. Já a execução financeira representa a utilização dos recursos financeiros, visando a atender a realização das ações orçamentárias atribuídas a cada unidade". (Enap). Assim, mesmo estando a despesa fixada no orçamento, a sua execução está condicionada à arrecadação das receitas no decorrer do exercício financeiro. Havendo frustração na arrecadação das receitas, o governo precisa conter a execução orçamentária, ou seja, reduzir a emissão de empenhos (créditos orçamentários). A "despesa pública é a aplicação do dinheiro arrecadado por meio de impostos ou outras fontes para custear os serviços públicos prestados à sociedade ou para a realização de investimentos." (Portal da Transparência).

(p) Restos a Pagar

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços. No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte ("resíduos passivos"); e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. Portanto, Restos a Pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

(q) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

I. Patrimonial;

II. Orçamentário; e

III. Financeiro.

(r) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para UFVJM e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a UFVJM, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

(s) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

(t) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa

NOTAS EXPLICATIVAS

Nota 01 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em setembro de 2026, o Instituto Federal Fluminense (IFF) apresentou saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa de R$ 35.216.316,74, com variação negativa de 28,43% em relação ao período anterior.

Desse total, R$ 3.143.760,76 (8,92%) correspondem a recursos da Conta Única aplicados, enquanto R$ 32.072.555,98 (91,08%) referem-se ao limite de saque com vinculação de pagamento.

A composição demonstra a predominância de recursos vinculados a finalidades específicas, conforme as fontes de recursos e as vinculações de pagamento registradas no SIAFI. Esses mecanismos asseguram que a disponibilidade financeira seja utilizada de acordo com as destinações legais e orçamentárias, como despesas com pessoal, custeio, investimentos, termos de execução descentralizada (TED) e emendas parlamentares.

Tabela 3: Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de Caixa	SET/26	AV (%)
RECURSOS DA CONTA ÚNICA APLICADOS	3.143.760,76	8,92%
LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO	32.072.555,98	91,08%
TotaL	35.216.316,74	100%

Nota 02 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Em 30/09/2026, a Instituto Federal Fluminense apresentou saldo de R$ 5.899.502,6 nesta conta, ante R$ 13.786.313,17 em 31/12/2025, uma redução de -57%. O motivo da variação negativa encontra-se na baixa do adiantamento do décimo terceiro salário (primeira parcela) dos servidores do IFF ocorrida em junho de 2026 no valor de R$ 8.625.118,57.

Esta conta é composta, principalmente, por adiantamentos referentes à folha de pagamento (13º salário, férias e salários), por adiantamentos concedidos no âmbito de Termos de Execução Descentralizada (TED) e por créditos a receber por cessão de pessoal, conforme detalhado a seguir.

Tabela 2 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – Composição

	30/09/2026	AV (%)
Adiantamentos de Folha de Pagamento (13º salário, férias e salários)	5.045.573,53	85,52%
Adiantamentos por Suprimento de Fundos	115.150,00	1,95%
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	738.778,73	12,53%
Total	**5.899.502,26**	**100,00%**

Fonte: Balancete Contábil (SIAFI), UG 26434, 3º Trimestre/2026

Nota 03 – Estoques

Em 30/09/2026, a Instituto Federal Fluminense apresentou saldo de R$ 5.185.132,36, apresentando uma variação positiva de 9,25%, impulsionado pelo aumento do material de consumo. Destaca-se, que o maior saldo de estoque se encontra na reitoria, pois concentra o estoque de seis campus centralizados.

Tabela 3 – Estoques – Composição

CAMPUS	Descrição	set/26	dez/25	AH	AV
INST. FED. FLUMINENSE/CAMPUS QUISSAMA	MATERIAIS DE CONSUMO	267.668,94	29.970,64	793,10	
	MERCADORIAS PARA DOACAO - ESTOQUE INTERNO	74.679,96	7.242,65	931,11	
		342.348,90	**37.213,29**	**819,96**	**0,07**
INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FLUMINENSE	MATERIAIS DE CONSUMO	1.556.474,78	1.234.415,88	26,09	
	MERCADORIAS PARA DOACAO - ESTOQUE INTERNO	20.663,53	18.992,49	8,80	

	ANIMAIS	44.009,53	44.009,53	0,00	
		1.621.147,84	**1.297.417,90**	**24,95**	**0,31**
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS CAMPOS-CENTRO	**MATERIAIS DE CONSUMO**	285.275,63	126.811,45	124,96	
	MERCADORIAS PARA DOACAO - ESTOQUE INTERNO	2.212,21	858,21	157,77	
		287.487,84	**127.669,66**	**125,18**	**0,06**
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS MACAE	**MATERIAIS DE CONSUMO**	752.589,00	958.290,25	(21,47)	
	MATERIAL CONS -ESTOQ INTERNO- PARA DISTRIBUIR	9,09	66.215,22	(99,99)	
		752.598,09	**1.024.505,47**	**(26,54)**	**0,15**
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS ITAPERUNA	**MATERIAIS DE CONSUMO**	483.969,10	473.040,39	2,31	
	MATERIAL CONS -ESTOQ INTERNO- PARA DISTRIBUIR	18.583,34	11.849,61	56,83	
		502.552,44	**484.890,00**	**3,64**	**0,10**
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS GUARUS	**MATERIAIS DE CONSUMO**	715.163,22	711.056,85	0,58	
	MATERIAL CONS -ESTOQ INTERNO- PARA DISTRIBUIR	17.104,78	17.104,78	0,00	
	MERCADORIAS PARA DOACAO - ESTOQUE INTERNO	88.282,16	53.715,26	64,35	
		820.550,16	**781.876,89**	**4,95**	**0,16**
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS B.JESUS DO ITABAP	**MATERIAIS DE CONSUMO**	676.644,97	765.838,74	(11,65)	
	MATERIAL CONS -ESTOQ INTERNO- PARA DISTRIBUIR	8.296,46	61.600,80	(86,53)	
	ANIMAIS	139.446,84	139.446,84	0,00	
		824.388,27	**966.886,38**	**(14,74)**	**0,16**
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS CABO FRIO	**MATERIAIS DE CONSUMO**	34.058,82	25.539,48	33,36	
		34.058,82	**25.539,48**	**33,36**	**0,01**
TOTAL		**5.185.132,36**	**4.745.999,07**	**9,25**	

Tesouro Gerencial, 2026

Nota 04 – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 30/09/2026, o Órgão 26434 – Instituto Federal Fluminense apresentou um saldo de R$ 366.653.797,61 milhões relacionados a imobilizado.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo Imobilizado.

R$ milhares

Tabela 4 – Imobilizado – Composição

	30/09/2026	31/12/2025	AH (%)
Bens Móveis	78.608.259,07	75.859.677,00	3,62
(+) Valor Bruto Contábil	135.494.600,65	130.415.083,13	3,89
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-56.886.341,58	-54.555.406,13	4,27
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	0,00	0	
Bens Imóveis	288.045.538,54	431.918.694,78	-33,31
(+) Valor Bruto Contábil	288.633.594,06	432.687.869,66	-33,29
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-588.055,52	-769.174,88	-23,55
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	0,00	0	
Total	**366.653.797,61**	**507.778.371,78**	**-27,79**

Fonte: SIAFI

Bens Móveis

Em 30 de setembro de 2026, os bens móveis do Instituto Federal Fluminense (Órgão 26434) totalizavam R$ 78,61 milhões, representando um aumento de 3,62% em relação a 31 de dezembro de 2025, quando o saldo era de R$ 75,86 milhões.

Tabela 5 - Bens Móveis

	30/09/2026	31/12/2025	AH (%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	47.319.954,18	46.537.477,01	1,68
Bens de Informática	37.110.504,20	36.517.178,50	1,62
Móveis e Utensílios	27.113.092,51	26.374.792,78	2,80
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	10.481.863,92	10.011.678,41	4,69
Veículos	11.049.041,77	10.531.668,11	4,91
Bens Móveis em Andamento	1.500.000,00	283.800,00	428,54
Bens Móveis em Almoxarifado	761.655,75	0,00	100
Semoventes e Equipamentos de Montaria	45.084,25	45.084,25	0,00
Demais Bens Móveis	113.404,07	113.404,07	0,00
Depreciação / Amortização Acumulada	56.886.341,58	-54.555.406,13	4,27
Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00	
Total	**78.608.259,07**	**75.859.677,00**	**3,62**

Fonte: SIAFI

Dos Bens Móveis registrados no Órgão 26434 – Instituto Federal Fluminense, apresentou a variação positiva de 3,62%, apresentado aumento em todos os itens de Bens Móveis.

Os maiores componentes do saldo são máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas (34,92%), bens de informática (27,38%), móveis e utensílios (20,01%), veículos (8,15%) e material cultural, educacional e de comunicação (7,73%).

A variação positiva decorre, entre outros fatores, de aquisições e doações recebidas de instituições como Receita Federal do Brasil, FAPERJ, FAISUL e Fundação Pró-IFF, que totalizaram R$ 769 mil até setembro de 2026.

Destaca-se, ainda, o saldo de R$ 1,5 milhão registrado em bens móveis em andamento, referente a adiantamento para inversões em bens móveis vinculado ao Projeto de Produção Agropecuária do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), cuja execução financeira e administrativa será realizada pela Fundação de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento do IFFluminense. Também foi registrado o valor de R$ 761,66 mil em bens móveis em almoxarifado, posteriormente classificado durante outubro de 2026.

Apesar do crescimento do patrimônio registrado, os saldos contábeis ainda apresentam limitações quanto à representação fidedigna da situação patrimonial do Instituto. Entre os principais fatores estão inconsistências nos registros de depreciação, ausência de reavaliação de determinados bens e pendências na conclusão dos inventários patrimoniais de todas as unidades.

Nesse contexto, a implantação do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIADS), conforme a regulamentação aplicável, constitui uma medida importante para aprimorar o controle dos bens, a gestão patrimonial e a qualidade das informações contábeis.

Bens Imóveis

Os bens imóveis da União em 30/09/2026 totalizavam R$ 288.045.538,54 milhões, no Órgão 26434 – Instituto Federal Fluminense, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 6 - Bens Imóveis

	30/09/2026	31/12/2025	AH (%)
Bens de Uso Especial	270.758.015,86	420.596.064,99	-35,62
Bens Imóveis em Andamento	14.913.553,08	9.129.779,55	63,35
Instalações	2.962.025,12	2.962.025,12	0,00
Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00	
Depreciação / Amortização Acumulada	-588.055,52	-769.174,88	
Total	**288.045.538,54**	**420.596.064,99**	**-31,51**

Fonte: SIAFI

Os Bens Imóveis de Uso Especial representavam aproximadamente 94% do total de bens imóveis reconhecidos no Balanço Patrimonial do Órgão, totalizando R$ 270,76 milhões em valores brutos em 30 de setembro de 2026.

A redução de aproximadamente 35,62% em relação ao período anterior decorre, principalmente, da migração cadastral realizada pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU) no sistema SPUNet, em 2026. O processo resultou na reclassificação contábil de imóveis anteriormente registrados como Bens Imóveis de Uso Especial para a conta Propriedades para Investimento, conforme a estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

O crescimento de 63% em Bens Imóveis em Andamento decorreu da execução de obras, principalmente com recursos provenientes de emendas parlamentares. Entre as principais intervenções, destacam-se: construção de prédio na área da Indústria e de laboratório de hotelaria e ambientes de apoio no Campus Cabo Frio; construção de guarita e urbanização para atender ao Campus Guarus e à Reitoria; construção de

galpão industrial no Polo de Inovação; construção de restaurantes estudantis nos campi Cambuci, Santo Antônio de Pádua, Itaboraí e Magé; construção de prédio administrativo e quadra poliesportiva no Campus Magé; ampliação do alojamento feminino no Campus Bom Jesus; e adequação da subestação e da infraestrutura elétrica no Campus Cambuci.

Tabela 7 - Bens de Uso Especial

	30/09/2026	31/12/2025	AH (%)
Fazendas, Parques e Reservas	0,00	0,00	0,00
Terrenos, Glebas	0,00	0,00	0,00
Aquartelamentos	0,00	0,00	0,00
Imóveis de Uso Educacional	0,00	0,00	0,00
Edifícios	0,00	0,00	0,00
Complexos, Fábricas e Usinas	0,00	0,00	0,00
Imóveis Residenciais e Comerciais	0,00	0,00	0,00
Aeroportos, Estações e Aeródromos			
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	270.758.015,86	420.596.064,99	-35,62
Total	**270.758.015,86**	**420.596.064,99**	**-35,62**

Fonte: SIAFI

Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

Informamos que os imóveis da Reitoria e do Campus Guarus no momento não estão passando pelo processo de reavaliação e/ou atualização, pois foram transferidos para a SPU-RJ atendendo orientações contidas no Ofício SEI nº 109541/2020/ME.

O setor de Contabilidade do IFFluminense foi orientado a transferir os imóveis acima citados, que estavam cadastrados como de propriedade desse Instituto, para a SPU-RJ, pois constatou-se que como os mesmos ainda não estavam com toda a documentação de doação devidamente regulares, os imóveis não poderiam constar em nossos registros.

O IFFluminense mantém contato regular com a SPU-RJ, buscando informações sobre a regularização dos referidos imóveis, para os devidos ajustes de reavaliação, avaliação e baixas de obras possam ser realizados, porém ainda não obtivemos retorno positivo a respeito do assunto.

Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

O Órgão não realizou teste de recuperabilidade dos seus bens até o término do terceiro trimestre de 2026. Passando-se a adotar os procedimentos, o órgão seguirá orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais), que também se encontram descritas de forma mais detalhada no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020335, disponível no sítio da STN (www.tesouro.gov.br).

A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguiram as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de formamas detalhada no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN (www.tesouro.gov.br).

Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização ou exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o computo da depreciação em fração menor do que um mês.

Os bens móveis adquiridos a partir de janeiro de 2015 até a presente data estão em um novo sistema (SUAP), onde o módulo “Depreciação” está em fase de ajustes finais pelo setor de TI, por isso até o quarto trimestre de 2025 o grupo Depreciação/Amortização Acumulada contempla parcialmente estes bens. Vale destacar que esforços serão efetuados para que, o mais breve possível, este módulo esteja em funcionamento com a implantação do SIADS.

Os bens móveis do Órgão 26434 ainda não sofreram a avaliação determinada até a presente data, porém o Instituto constituiu um grupo de trabalho através da Portaria nº 1.349, de 26 de setembro de 2017, com a finalidade de analisar e providenciar os ajustes que se façam necessários para as questões que envolvem o patrimônio.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPUnet

No órgão 26434 todos os bens imóveis estão registrados no SPUnet.

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 03/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPUnet.

O SPUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN,para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Quanto aos registros da depreciação acumulada de bens imóveis, o Órgão apresenta o valor total de R$ 588.055,62. Cabe informar que os registros contábeis são realizados diretamente pela STN, tendo por base arquivos encaminhados pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

Nota 05– Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Contudo, em virtude de inadequação do sistema SUAP, sistema de Controle Patrimonial desse Órgão, encontra-se pendente a revisão anual dos ativos intangíveis com vida útil indefinida que se espera ser ajustado com a finalização da implantação do SIADS (Sistema Integrado de Administração de Serviços) neste órgão.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019. Por enquanto, no Instituto Federal Fluminense, encontram-se pendentes estes registros por ausência de procedimentos administrativos e inadequações do sistema de controle patrimonial estando em funcionalidade até o presente momento o SUAP, onde se espera o atingir o controle determinado com a implantação do SIADS.

Em 30/09/2026, o Órgão 26434 – Instituto Federal Fluminense apresentou um saldo de R$ 95.724,84 relacionados ao intangível.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo Intangível e a evolução em termos percentuais comparando o terceiro trimestre de 2026 com o quarto trimestre de 2025.

Tabela 8 – Bens Intangíveis

Descrição	30/09/2026	31/12/2025	AH(%)
Software com Vida Útil Definida	205.014,27	205.014,27	0
Software com Vida Útil Indefinida	17.490,88	17.490,88	0
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Definida	140,00	140,00	0
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida	0	0	0
Direito de Uso de Imóvel – Prazo Determinado	0	0	0
Direito de Uso de Imóvel – Prazo Indeterminado	0	0	0
Amortização Acumulada	-126.920,31	-126.920,31	0
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	0	0	0
Total	95.724,84	95.724,84	0

Fonte: Tesouro Gerencial 2026 e 2025.

No intangível destaca-se o item Softwares com vida útil definida, que representa 92,08% dos bens descritos no grupo.

Registrou-se até 31/07/2018 a Amortização com taxa de 20% a.a. dos softwares com Vida Útil Definida adquiridos até 31/12/2014 em sua totalidade que gerou o saldo redutor apresentado na conta “Amortização Acumulada” de R$ 126.920,31 representando 61,91% dos “Software com Vida Útil Definida”. Softwares estes que totalizam o valor de R$ 158.873,84 registrados no sistema CAP e que representam 77,50% da conta software com Vida Útil Definida; maior parte dos softwares presentes no órgão. Os demais 22,50%, R$ 46.140,43 da conta software com Vida Útil Definida se encontra pendente a inicialização da amortização correspondente em virtude de aguardar a finalização da implantação do sistema SIADS.

Complementarmente esclarecemos que todos os Ativos Intangíveis encaminhados para registro encontram contabilizados.

Nota 6 –Investimentos

No exercício de 2026, em decorrência da migração cadastral promovida no sistema da Secretaria do Patrimônio da União (SPUNet), foram efetuadas reclassificações contábeis de imóveis anteriormente registrados no grupo Bens Imóveis de Uso Especial para o grupo Propriedades para Investimento, em conformidade com a estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).
Em 30 de setembro de 2026, o saldo contabilizado em Propriedades para Investimento totalizou R$ 149.764.949,04, composto por R$ 150.063.049,13 de valor bruto, deduzido por R$ 298.100,09 de depreciação acumulada.
Todavia, após análise técnica realizada pela Coordenação de Contabilidade, verificou-se que parte dos imóveis reclassificados permanece sendo utilizada diretamente na execução das atividades institucionais do Instituto Federal Fluminense, especialmente para ensino, pesquisa, extensão e atividades administrativas, não atendendo, portanto, às características previstas no MCASP para classificação como propriedades para investimento.
Em razão dessa divergência, o Instituto Federal Fluminense encontra-se realizando tratativas junto à Secretaria do Patrimônio da União (SPU) visando à avaliação da classificação patrimonial atribuída aos imóveis e à eventual regularização dos registros contábeis, caso sejam identificadas inconsistências decorrentes da migração cadastral. Até a data-base das demonstrações contábeis, não havia manifestação conclusiva da SPU acerca do assunto.

Tabela 9 - Propriedades para Investimentos

Descrição	30/09/2026	31/12/2025	AH
(+) Valor Bruto Contábil	150.063.049,13	0,00	100,00
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. Bens Móveis	298.100,00	0,00	100,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	0	0	-
Total	**149.764.949,04**	**0,00**	**-**

Nota 06 – Passivo Circulante

O Passivo Circulante do Instituto Federal Fluminense (IFF) compreende as obrigações de curto prazo, com predominância de despesas com pessoal e encargos sociais, além de compromissos relacionados a recursos vinculados, consignações, tributos e fornecedores. A variação dos saldos está associada ao reconhecimento dessas obrigações pelo regime de competência e ao calendário de pagamentos da instituição.

Tabela 10 : Composição das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo.

Descrição	SET/2026	31/dez/25	AH	AV
SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS	27.712.943,39	41.022.399,59	-32,44	0,60
DECIMO TERCEIRO SALARIO A PAGAR	11.892.712,16		-	0,26
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	2.874,32	2.155,74	33,33	0,00
BENEFICIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	482.164,93	447.262,12	7,80	0,01
INSS-CONTRIB S/ SERV DE TERC/CONTRIB AVULSOS		149,83	-100,00	
CONTRIBUICAO A ENTIDADES DE PREVID.COMPLEMENT	279.094,53	239.260,19	16,65	0,01
INSS - CONTRIB SOBRE SALARIOS E REMUNERACOES	133.019,28		-	0,00
PSSS-CONTRIB.S/VENCIMENTOS E VANTAGENS -INTRA	5.738.195,96		-	0,12
PSSS-CONTRIB. S/ VENC. E VANTAG. - INTER MUN	17.990,08		-	0,00
TOTAL	**46.258.994,65**	**41.711.227,47**	**10,90**	

Conforme demonstrado na Tabela 10, as **Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais totalizaram R$ 46 milhões**, representando um aumento de 32,44% em relação ao encerramento do exercício anterior. As obrigações com pessoal a pagar correspondem a aproximadamente 60% do total desse grupo. Essa representatividade está relacionada à natureza das atividades do Instituto Federal Fluminense (IFF), cuja atuação depende significativamente da força de trabalho de seus servidores.Entre os fatores que contribuíram para o crescimento, destaca-se o aumento do saldo de **Décimo Terceiro Salário a Pagar**, decorrente do reconhecimento da obrigação referente à segunda parcela do benefício, com pagamento previsto para novembro de 2026.Também contribuiu para essa variação o saldo de **PSSS – Contribuição Previdenciária sobre os Salários dos Servidores**, relacionado ao reconhecimento e ao recolhimento das obrigações previdenciárias, conforme o calendário aplicável.

Dessa forma, as variações observadas entre os períodos refletem, em parte, o momento de reconhecimento contábil das obrigações e o calendário de pagamentos e recolhimentos, não representando, necessariamente, um aumento permanente das despesas do Instituto.

O grupo **Demais Obrigações a Curto Prazo** passou de R$ 60,21 milhões, em 31/12/2025, para R$ 79,40 milhões, em 30/09/2026, representando um crescimento de 31,87%.

Esse aumento decorreu, principalmente, da elevação dos saldos de consignações em folha de pagamento e de Transferências Financeiras a Comprovar – TED. As consignações referem-se, em sua maioria, a retenções de INSS e tributos federais incidentes sobre pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo foi impactado pela adoção, a partir de 1º de abril de 2026, da nova rotina de recolhimento de tributos federais por meio do DARF Contábil.

As obrigações relativas a TED a comprovar representam 73,51% do total desse grupo e também contribuíram significativamente para o aumento. Os saldos pendentes estão relacionados, principalmente, a TEDs com vigência expirada cuja prestação de contas já foi apresentada pelo IFF ao órgão repassador, mas que ainda aguardam análise e regularização no SIAFI por parte desses órgãos.

Tabela 11: Demais obrigações a curto prazo

Descrição	set/26	dez/25	AH	AV
CONSIGNACOES	20.513.782,70	11.721.187,44	75,01	0,2583
INDENIZACOES, RESTITUICOES E COMPENSACOES	707,62		-	0,0000
DIARIAS A PAGAR	24.461,82	167,50	14.504,07	0,0003
DEPOSITOS NAO JUDICIAIS	12.390,00	168,88	7.236,57	0,0002
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS A COMPROVAR - TED	58.374.139,22	47.935.962,42	21,78	0,7351
INCENTIVOS A EDUCACAO, CULTURA E OUTROS	419.687,87	557.018,69 -	24,65	0,0053
AUXILIOS FINANCEIROS A PESQUISADORES	5.368,11		-	0,0001
VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	54.102,43		-	0,0007
TOTAL	**79.404.639,77**	**60.214.504,93**	**31,87**	

Considerando recomendações do Sistema do Tesouro Nacional em constar no conteúdo das Notas Explicativas dos Órgãos, notas específicas dentre elas, sobre fornecedores, obrigações contratuais e Restos a Pagar, conforme seguem:

Nota 07 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 30/09/2026, o Órgão 26434 – Instituto Federal Fluminense apresentou um saldo de R$ 5.043.641,86 relacionado a Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo.

SALDO 30/09/2026	SALDO 31/12/2025	VARIAÇÃO (AH%)
R$ 5,04 mi	**R$ 3,76 mi**	**+34,08%**

Tabela 12 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição

	30/09/2026	31/12/2025	AH (%)
Nacionais	5.043.641,86	3.761.765,22	34,08%
Estrangeiros	0	0	0,00%
Total	**5.043.641,86**	**3.761.765,22**	**34,08%**

Fonte: SIAFI, 2026 e 2025.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se os órgãos (ou as unidades gestoras) contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 30/09/2026.

Tabela 13 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Ug

Unidade Gestora	SET/2026	dez/25	AH	AV
INST. FED. FLUMINENSE/CAMPUS QUISSAMA	123.481,28	42.956,07	187,46	0,02
INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FLUMINENSE	2.264.185,60	1.683.626,52	34,48	0,45

INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS CAMPOS-CENTRO	860.336,23	311.861,33	175,87	0,17
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS MACAE	597.275,13	224.653,72	165,86	0,12
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS ITAPERUNA	273.557,80	338.235,63	- 19,12	0,05
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS GUARUS	208.596,45	247.074,45	- 15,57	0,04
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS B.JESUS DO ITABAP	359.918,44	574.434,97	- 37,34	0,07
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS CABO FRIO	356.290,93	338.922,53	5,12	0,07
TOTAL	**5.043.641,86**	**3.761.765,22**	**34,08**	

Fonte: SIAFI, 2026 e 2025.

As unidades gestoras 158139 e 158274 são responsáveis por 62% do total a ser pago. A unidade gestora 158139, Reitoria do Instituto Federal Fluminense, apresenta um valor expressivo de obrigações a pagar, pois abrange a sua execução e a de seis Campi centralizados e as obrigações com as despesas de pessoal. Já a unidade gestora 158274, Campus Campos Centro é o maior Campus do Instituto.

Na tabela apresentada a seguir, relacionam-se os oito fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 30/09/2026.

Tabela 14 – Principais Fornecedores (maiores variações)

Fornecedor	30/09/2026	31/12/2025	AV
FERTHYMAR EMPREENDIM E PARTICIPACOES LTDA	647.262,04	426.577,26	12,83
PREMIER COMERCIO LTDA	333.600,00		6,61
TRANSEGUR VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA	302.332,43	241.699,07	5,99
FECADE	284.069,76	0	5,63
INOVARE SOLUCOES E LOGISTICA LTDA.	221.648,85	0	4,39

Fonte: SIAFI, 2026 e 2025.

As principais variações identificadas nos fornecedores acima decorrem de: prestação de serviços de apoio administrativo (Ferthymar); Aquisição de Veículo (PREMIER), prestação de serviços de Segurança e Vigilância (Transegur), serviços de arbitragem para jogos do JIF (FECADE) e fornecimento de lanches e refeições para os alunos do IFF (INOVARE).

Nota 08 – Obrigações Contratuais

Em 30/09/2026, o Órgão 26434 – Instituto Federal Fluminense apresentou um saldo de R$ 62.274.626,09 relacionado a obrigações contratuais, referentes a parcelas de contratos a serem executadas nos próximos exercícios, ante R$ 60.054.539,79 em 31/12/2025 (+3,69%).

Tabela 15 – Obrigações Contratuais – Composição

	30/09/2026	31/12/2025	AH (%)
Aluguéis	17.771,45	17.771,45	0,00%
Fornecimento de Bens	4.171.114,75	3.920.627,22	6,38%
Serviços	58.085.739,89	56.116.141,12	3,50%
Total	**62.274.626,09**	**60.054.539,79**	**3,69%**

Fonte: SIAFI, 2026 e 2025.

As obrigações contratuais relacionadas com serviços representam 95% do total das obrigações assumidas pelo Órgão ao final do terceiro trimestre de 2026.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos na data base de 30/09/2026.

Tabela 14 – Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante

UG Executora	Obrigações Contratuais	SET/2026	dez/25	AH	AV
INST. FED. FLUMINENSE/CAMPUS QUISSAMA	Fornecimento de Bens		0,00	-	
INST. FED. FLUMINENSE/CAMPUS QUISSAMA	Serviços	1.289.646,14	2.350.987,66	-45,14	
INST. FED. FLUMINENSE/CAMPUS QUISSAMA	Total	1.289.646,14	2.350.987,66	-45,14	0,02
INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FLUMINENSE	Aluguéis	0,00		#DIV/0!	
INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FLUMINENSE	Fornecimento de Bens	1.693.185,35	1.727.255,16	-1,97	
INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FLUMINENSE	Serviços	39.722.569,52	35.105.415,99	13,15	
INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FLUMINENSE	Total	41.415.754,87	36.832.671,15	12,44	0,67
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS CAMPOS-CENTRO	Aluguéis	17.771,45	17.771,45	-	
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS CAMPOS-CENTRO	Fornecimento de Bens	503.778,63	286.333,09	75,94	
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS CAMPOS-CENTRO	Serviços	9.016.543,58	7.946.924,42	13,46	
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS CAMPOS-CENTRO	Total	9.538.093,66	8.251.028,96	15,60	0,15
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS MACAE	Serviços	1.162.307,92	2.029.814,42	-42,74	
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS MACAE	Total	1.162.307,92	2.029.814,42	-42,74	0,02
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS ITAPERUNA	Fornecimento de Bens	704.517,02	608.446,87	15,79	
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS ITAPERUNA	Serviços	1.955.323,10	2.776.214,16	-29,57	
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS ITAPERUNA	Total	2.659.840,12	3.384.661,03	-21,41	0,04
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS GUARUS	Fornecimento de Bens	43.087,15	47.634,87	-9,55	
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS GUARUS	Serviços	272.722,27	608.705,47	-55,20	
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS GUARUS	Total	315.809,42	656.340,34	-51,88	0,01
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS B.JESUS DO ITABAP	Fornecimento de Bens	1.021.620,11	1.087.287,01	-6,04	
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS B.JESUS DO ITABAP	Serviços	2.201.365,86	2.661.668,51	-17,29	
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS B.JESUS DO ITABAP	Total	3.222.985,97	3.748.955,52	-14,03	0,05
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS CABO FRIO	Fornecimento de Bens	204.926,49	163.670,22	25,21	
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS CABO FRIO	Serviços	2.465.261,50	2.636.410,49	-6,49	
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS CABO FRIO	Total	2.670.187,99	2.800.080,71	-4,64	0,04
TOTAL		**62.274.626,09**	**60.054.539,79**	**3,70**	

Fonte: SIAFI, 2026.

A unidade gestora da Reitoria e o Campus Centro são responsáveis por 82% do total contratado de todo Órgão. Contudo, estas duas unidades concentram os contratos porque além de o Campus Centro ser o maior Campus do Instituto, na Reitoria se encontra os contratos de obras de todos os campi, o controle e execução dos contratos de serviço de seis Campi Avançados e seus próprios contratos.

Cabe destacar, que esta conta de contratos será analisada e conciliada, nas Unidades Gestoras da Reitoria e Campus Macaé com vistas a regularizaros saldos alongados e indevidos a executar.

Na tabela apresentada a seguir, relacionam-se os sete contratados mais significativos e o saldo a executar, até 30/09/2026.

Tabela 15 – Obrigações Contratuais – 6 Maiores Contratos

Os seis maiores contratos em saldo a executar em 30/09/2026 representam R$ 30.152.272,10, ou 48,41% do total de Obrigações Contratuais da Universidade.

Contratado	Atividade	30/09/2026	AV (%)
FUNDAÇÃO PRO-IFF.	Contratos para execução de projetos do IFF com a Fundação	7.553.538,49	12,12%
FERTHYMAR EMPREEND.	Contratação de serviços de terceirização de apoio administrativo	6.506.063,34	10,44%
RAPHSON ENGENHARIA LTDA.	Contratação de serviços de obras engenharia nos campi	5.399.319,39	8,67%
TRANSEGUR VIG. E SEG. LTD	Contratação de serviços de terceirização de segurança patrimonial	4.127.729,31	6,62%
CRIAR CONSULTORIA E SERV.	Contratação de serviços de obras engenharia nos campi	3.292.841,57	5,28%
ITP INDUSTRIA, LTDA.	Contratação de serviços de obras engenharia nos campi	3.272.780,00	-5,25%
Subtotal – 6 Maiores Contratos		**30.152.272,10**	**48,41%**

Fonte: SIAFI, 2026 e 2025 (relatório de Obrigações Contratuais por Contratado, UG 26434).

Nota 09 – Restos a Pagar

Conforme disposto no artigo 67 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, os restos a pagar não processados se referem às despesas que, embora empenhadas, não foram liquidadas até 31 de dezembro, enquanto as processadas dizem respeito às que foram empenhadas e liquidadas até esta data, mas que ainda não foram pagas.

No encerramento do exercício de 2024, o órgão havia inscrito em restos a pagar não processados (RPNP), considerando também os restos a pagar reinscritos, despesas na ordem de R$ 39.587.678,39 (trinta e nove milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, seiscentos e setenta e oito reais e trinta e nove centavos) apresentando assim um acréscimo de 44,57%, conforme demonstrado na tabela 21, abaixo.

Tabela 18 – Restos a Pagar Inscritos

RPNP Inscritos e Reinscritos	31/12/2025	31/12/2024	% Evolução
RPNP inscritos em 31/12 do Exercício Anterior	32.605.703,35	16.868.922,54	93,14
RPNP inscritos em Exercícios Anteriores	6.981.975,04	10.513.072,65	-33,58
TOTAL	**39.587.678,39**	**27.381.995,19**	**44,57**

Siafi, 2026

Execução Orçamentária RPNP – Por categoria Econômica e Grupo de Despesa

A tabela abaixo demonstra a execução dos RPNP por categoria econômica e Grupo de despesa. Verifica-se que foram executados/liquidados em 2026, 60,21% do total das despesas inscritas e reinscritas na rubrica de RPNP, no âmbito do órgão. As Despesas Correntes que se referem às despesas com manutenção administrativa, apresentaram a execução, 87,93%, e as Despesas de Capital, 41,56% esta última estão relacionadas em sua maioria a execução de obras e instalações em todo Instituto.

Tabela 19 – Restos a Pagar Não Processados

R$ 1,00

Grupo de despesa	(1) Total inscrições RPNP	(2) Cancelados e Bloqueados	(3) = (1) - (2) Inscrições RPNP (-) Cancelados(-)Bloqueados	(4) LIQUIDADOS	(5) = (3)/(4) % Liq/Insc.
Outras Despesas Correntes	16.224.611,24	528.246,27	15.696.364,97	13.803.046,55	87,93
Pessoal e encargos	15.928,49	9.808,43	6.120,06	6.120,06	100
Capital	23.347.138,66	10.525,50	23.337.484,16	9.699.074,07	41,56
TOTAIS	**39.587.678,39**	**548.580,20**	**39.039.969,19**	**23.508.240,68**	**60,21**

Fon: Siafi Web, 2026.

A tabela abaixo demonstra a execução dos RPP por categoria econômica e Grupo de despesa. Verifica-se que foram pagos em 2026, 99,37% do total das despesas inscritas e reinscritas na rubrica de RPP, no âmbito do órgão. As Despesas Correntes que se referem às despesas com manutenção administrativa, apresentaram a execução, 95,98%, e as Despesas de Capital, 94,05% esta última estão relacionadas em sua maioria a execução de obras e instalações em todo Instituto.

Tabela 20 – Restos a Pagar Processados

RPNP por Grupo de Despesa	(1) Total inscrições RPP	(2) CANCELADOS	(3) = (1) - (2) Total RPP (-) Canc	(4) PAGOS	(5) = (4) / (3) % Pag/Insc
DESPESAS CORRENTES					
Pessoal e Encargos Sociais	48.672.404,56	0	48.672.404,56	48.672.404,56	100
Outras Despesas Correntes	8.051.030,85	3.070,53	8.047.960,32	7.725.068,47	95,98
DESPESAS DE CAPITAL					
Investimentos	576.953,87		576.953,87	542.651,58	94,05
Inversões Financeiras	0	0	0	0	0
TOTAL	**57.300.389,28**	**3.070,53**	**57.297.318,75**	**56.940.124,61**	**99,37**

NOTA 10: PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido (PL) corresponde à diferença entre o Ativo Total e o Passivo Exigível, refletindo a posição patrimonial líquida do Instituto Federal Fluminense (IFF) ao final do período.

Em 30 de setembro de 2026, o Patrimônio Líquido totalizou aproximadamente R$ 432 milhões, representando uma redução de 8,05% em relação a 31 de dezembro de 2025, quando atingiu cerca de R$ 469 milhões. Essa redução decorre, principalmente, do resultado patrimonial deficitário do período, conforme Nota 11 demonstrado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

A composição do Patrimônio Líquido concentra-se nas rubricas Resultados Acumulados, com saldo aproximado de R$ 374 milhões, e Demais Reservas, no montante de R$ 58 milhões, integralmente constituídas pela Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis. Esta última apresentou acréscimo de 0,39%, decorrente da revisão dos valores dos bens imóveis. A rubrica Ajustes de Exercícios Anteriores registrou saldo de aproximadamente R$ 1,66 milhão, referente a correções de registros contábeis de períodos anteriores.

Os ajustes de exercícios anteriores foram registrados diretamente no Patrimônio Líquido, conforme as normas contábeis aplicáveis, sem impacto no resultado patrimonial do exercício e apresentou um saldo deficitário de R$ 1.660.660,40.

Os registros efetuados em ajustes de exercícios anteriores estão relacionados a Depreciação Acumulada na Reitoria, Campus Macaé e no Campus Bom Jesus, a contratos com concessionárias no Campus Quissamã e serviços e baixa de créditos de Cessão de Pessoal registrados pela na Reitoria.

Os Resultados Acumulados constituem o principal componente do Patrimônio Líquido e abrangem os resultados de exercícios anteriores e o resultado patrimonial do período. Assim, o déficit patrimonial apurado contribuiu para a redução do saldo do PL, refletindo o efeito das despesas e dos demais eventos patrimoniais reconhecidos no período.

NOTA 11: DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS -DVP

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações ocorridas no patrimônio da Universidade de Brasília durante o período, por meio do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), apurando o resultado patrimonial do exercício.

No 3º trimestre de 2026, observa-se crescimento das Variações Patrimoniais Diminutivas, refletindo a dinâmica da execução orçamentária e patrimonial do Instituto, provocando um déficit patrimonial no período, conforme evidenciado na DVP.

As Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) foram compostas, majoritariamente, por Transferências e Delegações Recebidas.



As Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) de setembro de 2026 foram compostas, principalmente, por Transferências e Delegações Recebidas, que totalizaram R$ 503 milhões, correspondendo a 99,03% do total. Em relação a 2025, houve redução de 0,21%, justificado pelo decréscimo em "Ganhos com Desincorporação de Passivo", de 88,60%.

Os "Ganhos com Desincorporação de Passivo" refere-se as obrigações referentes ao recolhimento de retenções dos tributos federais impostas pela INRFB 1234/2012 e baixa de TED a comprovar.

O grupo Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos registrou R$ 0,9 milhão, equivalente a 0,19% das VPA, com crescimento de 33,25%. A variação positiva deste item decorreu, principalmente, do aumento das receitas com exploração de bens, direitos e prestação de serviços (31,38%) e com vendas de mercadorias (38,93%).

Quanto as **Variações Patrimoniais Diminutivas**, destacam-se as despesas com **pessoal e encargos**, **benefícios previdenciários e assistenciais**, **uso e consumo de bens e serviços** e **Incorporação de passivos**, que representam os principais componentes da estrutura de custos do Instituto.

No 3° trimestre de 2026, as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) totalizaram R$ 545 milhões, apresentando aumento de 4,91% em relação ao 3° trimestre de 2025 (R$ 519milhões). Esse crescimento foi motivado, principalmente, pela elevação das despesas com pessoal e encargos (8,39%) e Consumo de Bens e Serviços (5,03%).

Tabela 21 - Variações Patrimoniais Diminutivas

VariaçõesPatrimoniaisDiminutivas	set/26	dez/25	AH
Pessoal e Encargos	345.973.224,21	319.203.719,69	8,39%
BenefíciosPrevidenciários e Assistenciais	87.079.099,06	83.047.398,05	4,85%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	54.396.410,17	51.790.320,06	5,03%
VariaçõesPatrimoniaisDiminutivasFinanceiras	240.241,44	256.389,47	-6,30%
Transferências e DelegaçõesConcedidas	38.602.498,27	41.093.047,16	-6,06%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	13.792.337,31	18.507.937,91	-25,48%
OutrasTransferências e DelegaçõesConcedidas	478.825,00	1.118.727,50	-57,20%
OutrasVariaçõesPatrimoniaisDiminutivas	4.938.906,59	5.641.005,47	-12,45%
TOTAL	**545.501.542,05**	**520.658.545,31**	**4,91%**

NOTA 16: BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – BO

O Balanço Orçamentário (BO) demonstra as receitas previstas e arrecadadas e as despesas fixadas e executadas, permitindo comparar os valores estimados na Lei Orçamentária Anual (LOA) com os efetivamente realizados e apurar o resultado orçamentário, conforme a Lei nº 4.320/1964.

A tabela apresenta as receitas orçamentárias do IFF no 3º trimestre de 2026, classificadas por categoria econômica e natureza da receita, comparando a previsão atualizada com os valores arrecadados.

Entre as receitas previstas, destaca-se a Inscrição em Concursos e Processos Seletivos, responsável por 51% do total previsto, cuja arrecadação atingiu 24,46% da previsão atualizada até o trimestre, indicando frustração de arrecadação. Em contrapartida, a receita de Serviços Administrativos, que representa 18,85% do total previsto, já apresenta excesso de arrecadação no período.

Tabela 22 - BO - Receitas - Órgão - Máscara STN

Descrição	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Realização (%)
ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS-PRINCIPAL	71.080,00	71.080,00	45.239,32	63,65%
RECEITA AGROPECUARIA-PRINCIPAL	115.167,00	115.167,00	168.096,21	145,96%
RECEITA INDUSTRIAL-PRINCIPAL	136.939,00	136.939,00	13.673,10	9,98%
SERV.ADMINISTRAT.E COMERCIAIS GERAIS-PRINC.	55.000,00	55.000,00	206.194,98	374,90%
INSCR.EM CONCURSOS E PROC.SELETIVOS-PRINCIPAL				24,46%

	2.095.100,00	2.095.100,00	512.496,07	
SERVICOS DE INFORMACAO E TECNOLOGIA-PRINCIPAL	42.535,00	42.535,00	390,00	0,92%
MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS-PRINC.	8.867,00	8.867,00	147.687,67	1665,59%
ALIENACAO DE BENS MOVEIS E SEMOVENTES-PRINC.	21.120,00	21.120,00		0,00%
TOTAL		**2.545.808,00**	**1.093.783,48**	**42,96%**

Quanto as Despesas Orçamentárias apresenta um percentual de execução desde 87,88%, destacam-se as despesas com pessoal e encargos sociais que obteve um percentual de 90,62%, representando 85,75% das despesas empenhadas neste trimestre.

Tabela 23 – Execução da Despesas

Conta / descrição	Dotaçãoinicial (R$)	Dotaçãoatualizada (R$)	Despesaempenhada (R$)	AH (%)	AV (%)
Pessoal e EncargosSociais	558.530.675,00	569.545.912,00	516.115.150,63	90,62%	0,8575
OutrasDespesasCorrentes	98.108.386,00	110.330.067,00	84.622.005,09	76,70%	0,1406
Investimentos	4.623.127,00	4.996.307,00	1.140.522,18	22,83%	0,0019
Total	**661.262.188,00**	**684.872.286,00**	**601.877.677,90**	**87,88%**	**1**

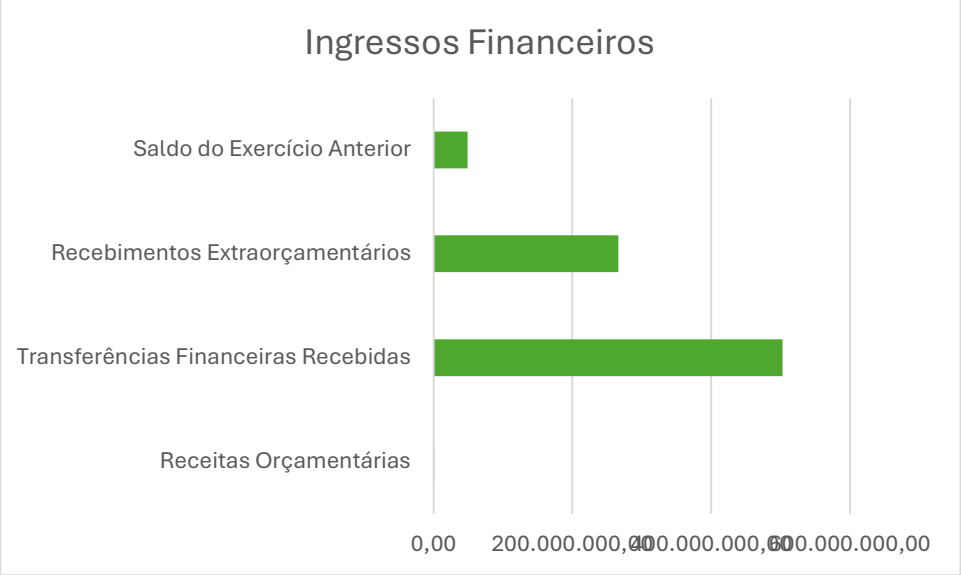
Já a execução de despesas correntes foi de 87,88%, em que constam a execução de orçamentos oriundos de outros órgãos descentralizados para o Instituto, como o do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira, Universidade Federal de Juiz de Fora, FNDE e do INCRA.

NOTA 14: BALANÇO FINANCEIRO – BF

Balanço Financeiro (BF)

O Balanço Financeiro (BF) evidencia os ingressos e os dispêndios financeiros, orçamentários e extraorçamentários, bem como o saldo das disponibilidades financeiras do período. Essa demonstração permite avaliar a execução financeira da Instituição e complementa as informações apresentadas no Balanço Patrimonial e na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

No terceiro trimestre de 2026, os ingressos financeiros totalizaram aproximadamente R$ 819 milhões, representando crescimento de 21,44% em relação ao período comparativo, cujo montante foi de R$ 674 milhões. Destacam-se os recursos provenientes das transferências financeiras do Tesouro Nacional, que constituem a principal origem dos ingressos.



As receitas orçamentárias correspondem aos valores arrecadados pela Instituição, deduzidas as respectivas deduções, devoluções e restituições, quando aplicáveis. Abrangem receitas de diferentes origens, como serviços administrativos, receitas patrimoniais, agropecuárias e industriais, entre outras. Esses ingressos também se relacionam às receitas derivadas e originárias evidenciadas na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As transferências financeiras recebidas representam os recursos financeiros repassados à Instituição, principalmente pelo Tesouro Nacional, para viabilizar a execução de suas atividades. No item Repasse Recebido, verificou-se crescimento de 5,42% em relação ao mesmo período de 2025, mantendo-se como o principal componente dessa categoria.

Nesse grupo, também estão registrados os efeitos financeiros relacionados à transferência de obrigações dos campi para a Reitoria, com a finalidade de viabilizar o pagamento de retenções previdenciárias relativas ao INSS, por meio de DARF numerado.

Tabela 24 – Dispêndios Financeiros

Dispendios Financeiros	set/26	dez/25	AH	AV
Despesas Orçamentárias	601.877.677,90	532.841.357,62	12,96	73,45%
Transferências Financeiras Concedidas	37.991.527,31	39.967.598,61	-4,94	4,64%
Pagamentos Extraorçamentários	144.391.742,34	69.375.510,34	108,13	17,62%
Saldo para o Exercício Seguinte	35.216.316,74	32.572.867,47	8,12	4,30%
TOTAL	**819.477.264,29**	**674.757.334,04**	**21,45**	

No terceiro trimestre de 2026, os dispêndios financeiros concentraram-se principalmente nas despesas orçamentárias, que somaram aproximadamente R$ 601 milhões, equivalentes a 73,45% do total dos dispêndios, conforme demonstrado na tabela a seguir. Em comparação com o período anterior, essas despesas apresentaram crescimento de 12,96%.

As despesas orçamentárias representam os gastos executados à conta dos créditos orçamentários da Instituição. No período, os valores referentes aos créditos empenhados, liquidados e pagos apresentaram acréscimo de 11,52% em relação ao mesmo período de 2025. Conforme os dados da demonstração, essas despesas corresponderam a 81,21% do total dos dispêndios.

As Transferências Financeiras Concedidas apresentaram redução de 4,94% em relação ao mesmo período de 2025, representando aproximadamente 6% do total dos dispêndios. Nesse grupo, o item *Sub-repasse Concedido* registrou crescimento de 10,68% em relação ao período comparativo.

Quanto aos **Restos a Pagar**, os pagamentos de despesas processadas aumentaram 35,04% em relação ao mesmo período de 2025, correspondendo a aproximadamente 7% do total dos dispêndios. Já os pagamentos de Restos a Pagar Não Processados cresceram cerca de 35%, representando 2,74% do total.

Essas variações demonstram o comportamento dos pagamentos de obrigações de exercícios anteriores e complementam a análise da execução financeira da Instituição no terceiro trimestre de 2026.

NOTA 15: DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA –DFC

A **Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)** evidencia as entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa da Universidade de Brasília, classificadas em **atividades operacionais, de investimento e de financiamento**, permitindo avaliar a capacidade da Instituição de gerar recursos financeiros e cumprir suas obrigações.

No **3º trimestre de 2026**, o fluxo de caixa do Instituto permaneceu concentrado nas **atividades operacionais**, refletindo a natureza de suas atividades institucionais e a dependência dos repasses financeiros da União para o financiamento das ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa.

Dessa forma, a Transferência Financeiras Recebidas possui 88,24% de representatividade e apresentou um acréscimo de 5,18% em relação ao mesmo trimestre de 2025. Já o "Pessoal e Demais Despesas", apresentou uma variação positiva de 5,57%, representando 74,37% dos total de Desembolsos Operacionais.

Tabela 25 - Fluxo de Caixa Operacional

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	30/09/2026	31/12/2025	AH	AV
Receita Patrimonial	45.242,45	10.705,93	322,59	0,01%
Receita Agropecuária	168.096,21	120.995,23	38,93	0,03%
Receita Industrial	13.673,10	7.018,10	94,83	0,00%
Receita de Serviços	719.084,05	581.522,41	23,66	0,13%
Outras Receitas Derivadas e Originárias	147.687,67	3.025,50	4781,43	0,03%
Ingressos Extraorçamentários	65.440.134,08	388.883,40	16727,70	11,49%
Transferências Financeiras Recebidas	502.688.610,01	477.952.693,73	5,18	88,24%
Arrecadação de Outra Unidade	485.683,43	633.721,95	-23,36	0,09%
INGRESSOS OPERACIONAIS	**569.708.211,00**	**479.698.566,25**	**18,76**	
Pessoal e Demais Despesas	-427.077.535,52	-404.559.006,62	5,57	74,37%
Transferências Concedidas	-44.267.692,40	-41.516.177,43	6,63	7,71%
Outros Desembolsos Operacionais	-102.910.586,04	-40.346.309,36	155,07	17,92%
DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	**-574.255.813,96**	**-486.421.493,41**	**18,06**	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**-4.547.602,96**	**-6.722.927,16**	**-32,36**	

O fluxo líquido das atividades operacionais não foi suficiente para suportar a execução das despesas correntes e contribuir para o aumento das disponibilidades financeiras ao final do período.

No mesmo sentido, como não possuímos ingressos das atividades de investimentos o resultado dos fluxos de caixa das atividades de investimentos é deficitário, em 9 Milhões. O valor da Aquisição de Ativo Não Circulante equaliza com os pagamentos referente a aquisição de Bens Móveis.

Quanto ao valor apresentado em "Outros Desembolsos de Investimentos", trata-se em Bens Móveis em andamento, especificamento em Adiantamento para Inversões em Bens Móveis fruto do Projeto de Produção Agropecuária (MAPA) cuja execução financeira e administrativa será realizada pela Fundação de Apoio Pesquisa e Desenvolvimento do Ifluminense.

Tabela 26 – Fluxo de Caixa de Investimentos

Desembolsos das atividades de Investimentos	30/09/2026	31/12/2025	AH	AV
Aquisição de Ativo Não Circulante	**-7.940.643,84**	**-4.794.884,39**	65,61	84,11%

Outros Desembolsos de Investimentos	**-1.500.000,00**	**-**	0,00	15,89%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**-9.440.643,84**	**-4.794.884,39**	**96,89**	

Por fim, ao final do período, o saldo de **Caixa e Equivalentes de Caixa** corresponde ao valor evidenciado no **Balanço Patrimonial (Nota 1)**, de R$ 35.216.316,74 demonstrando consistência entre as demonstrações contábeis e evidenciando que o Instituto manteve disponibilidade financeira compatível com a execução de suas atividades institucionais.